

# Saulo Ramos vai a Roraima e confirma acordo com garimpeiros

por Cláudia Trevisan de Boa Vista

O ministro da Justiça, Saulo Ramos, chegou ontem a Boa Vista para acompanhar os trabalhos de retirada dos garimpeiros da reserva indígena Yanomami. Desde a manhã, o clima era tenso na cidade. Centenas de garimpeiros estavam reunidos na praça principal da cidade reivindicando o cumprimento do acordo firmado com o governo, que prevê a demarcação de três áreas para o garimpo — duas das quais dentro da floresta nacional interdita da por uma liminar da Justiça Federal em Brasília.



Saulo Ramos

Depois de realizarem uma manifestação na frente do palácio do governo do Estado, os garimpeiros foram ao aeroporto aguardar a chegada do ministro. Mas Saulo Ramos e sua comitiva desceram na base aérea de Boa Vista e seguiram diretamente para o hotel, sem encontrar-se com os garimpeiros.

Em entrevista coletiva à imprensa, o ministro da Justiça garantiu que o acordo firmado com os garimpeiros será cumprido. "Já demarcamos a primeira área, Uraricá Santa Rosa, e vamos demarcar mais duas, dentro da floresta nacional", disse o ministro. Lideranças de garimpeiros sustentam que o garimpo de Santa Rosa já é explorado há anos e está com seu potencial aurífero esgotado. O ministro contesta, dizendo que em Santa Rosa estão vendendo um hectare de terra por 3 quilos de ouro. Saulo Ramos disse que é possível a demarcação das outras duas áreas de garimpo ainda na sua gestão. Segundo ele, isto está condicionado à saída dos garimpeiros da região interdita.

O presidente da União dos Garimpeiros da Amazônia Legal, José Altino Machado, afirmou que os garimpeiros não abrirão mão inclusive de ocupar as áreas indígenas Yanomami. Machado disse que os garimpeiros pretendem voltar a estas regiões depois de se organizarem em cooperativas, como exige a Constituição. Quando fala em área indígena, Machado se refere a 19 ilhas, num total de 2,4 milhões de hectares, ocupadas por tribos Yanomami. O restante dos 9,1 milhões interditados são florestas nacionais.

O ministro Saulo Ramos observou que não existe possibilidade de os garimpeiros permanecerem em área indígena (os 2,4 milhões de hectares). Segundo ele, isso contraria a Constituição. Além dessas três áreas previstas no acordo firmado com a Polícia Federal, os garimpeiros querem a demarcação de uma quarta região, a de Alto Paima. No total as áreas previstas no acordo têm 480 mil hectares.

## "ISTO É PROBLEMA MEU"

Perguntado se a demarcação de duas áreas dentro da região interdita pela liminar da Justiça Federal

não contraria uma ordem judicial, o ministro respondeu: "Isto é problema meu", e não quis mais comentar o assunto.

Na comitiva de Saulo Ramos estão o procurador-geral da República, Aristides Junqueira Alvaranga, o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, o diretor do DOPS, Amauri Galdino, e o presidente do Conselho de Defesa da Pessoa Humana do Ministério da Justiça, Ovídio Martins de Araújo.

Na tarde de ontem, o ministro teve um encontro com representantes dos garimpeiros. Depois, ele deveria se encontrar com o bispo de Roraima, Dom Aldo Mogiano. "Pedi uma audiência ao bispo, mas parece que ele não poderá me atender", disse o ministro. À noite, Saulo Ramos reuniu-se com o governador de Roraima, Romero Jucá.

## MANIFESTAÇÃO

Jucá — que é ex-presidente da Funai — falou na manhã de ontem com os garimpeiros que estavam realizando a manifestação em frente à sede do governo estadual. De cima de um caminhão de som, o governador disse aos garimpeiros: "Estou do lado de vocês". Bastante aplaudido, pediu ainda que os garimpeiros mantivessem a calma e aguardassem a chegada do ministro da Justiça. "Fizemos um acordo e queremos que ele seja cumprido. Se a posição (do governo) for contra o povo de Roraima, nós vamos protestar juntos", acrescentou. Jucá está em plena campanha para eleger-se como senador por Roraima.

A iniciativa da viagem partiu do procurador-geral da República. Alvaranga disse que ficou preocupado com o relato sobre a situação dos índios feito por

assessores seus que haviam visitado a região. O procurador recebeu informações de que muitos índios e garimpeiros estavam morrendo de malária, inanição e tuberculose. Isso mesmo depois de ter sido iniciada a "Operação Yanomami", que estabelece a assistência médica aos índios e a retirada dos garimpeiros das reservas. A liminar que interdita a região foi pedida pela Procuradoria da República, que com a nova Constituição recebeu a atribuição de defender os interesses indígenas.

A "Operação Yanomami", criada por um decreto do presidente José Sarney, prevê um trabalho de saneamento das reservas indígenas. Na época em que o decreto foi baixado (dezembro de 1988), a imprensa estava noticiando que muitos índios estavam morrendo — por doença ou subnutrição. Para a operação foram destinados NCz\$ 35 milhões. Há alguns dias, o ministro da Justiça informou que seriam necessários pelo menos mais NCz\$ 100 milhões para que a operação fosse finalizada. Até hoje este dinheiro não foi liberado.

À tarde, os garimpeiros realizaram uma manifestação na frente do hotel onde está hospedado o ministro. O delegado Romeu Tuma falou com os garimpeiros e disse que o ministro Saulo Ramos está buscando uma solução que não contrarie a lei nem as medidas judiciais. Logo depois de Tuma falar, o garimpeiro que estava comandando a manifestação disse: "O garimpo vai ser liberado".

Hoje, o ministro e a comitiva que o acompanha vão visitar a área indígena Surucucu e os garimpos Bahiano Formiga e Caveira I e II.

# Uma cidade comandada pelo ouro

por Cláudia Trevisan de Boa Vista

A cidade de Boa Vista está repleta de símbolos que demonstram a importância dos garimpos na região. O principal monumento da cidade, localizado em frente à sede do governo do Estado, é uma grande estátua de um garimpeiro. Na principal rua de comércio, várias lojas, como a "Casa do Garimpeiro", vendem equipamentos para a extração de ouro.

Com a interdição da reserva indígena Yanomami, os próprios garimpeiros passaram a ocupar as ruas da cidade. Os hotéis estão praticamente lotados por eles que aguardam uma solução para o conflito. Mas muitos ainda estão nas reservas indígenas.

A dificuldade de acesso a Boa Vista e a grande quantidade de ouro existente na cidade tornam os preços dos produtos mais altos que em outras regiões do País. Um copo de leite, por exemplo, pode custar NCz\$ 18,00. Só existe uma estrada de acesso a Boa Vista, a BR-174, que liga a cidade a Manaus. Em época de chuvas (maio a setembro), a estrada, que não é asfaltada, fica intransitável e só é possível o acesso por avião.

O garimpo ainda é a principal atividade econômica do Estado. Estima-se que cerca de 4 toneladas de ouro são extraídas a cada mês. "Mas o ouro gera pouca receita para o Estado, já que a maior parte sai daqui na forma de contrabando", diz o secretário de Agricultura do Estado, Daniel Marques de Souza.

Acredita-se que somente 700 quilos — das 4 toneladas produzidas mensalmente — têm um comércio legalizado.

Ào lado da sede do governo estadual há uma rua com várias casas com a inscrição "compra-se ouro". É aí que os garimpeiros vendem a sua produção, por preço um pouco inferior à cotação da bolsa. Isto porque o ouro extraído dos garimpos não apresenta o mesmo teor de pureza que o negociado na bolsa. Nesses escritórios, o garimpeiro entra com o ouro bruto e sai com o dinheiro. Muitas dessas casas não são legalizadas. O controle da Receita Federal na região é precário.

O comércio — em grande parte alimentado pelo garimpo — é a principal atividade econômica do Esta-

do. A agricultura é incipiente. A produção concentra-se em arroz irrigado e soja. Segundo o secretário da Agricultura, há 300 mil cabeças de gado no Estado.

A indústria é praticamente inexistente. Além da dificuldade de acesso e escoamento da produção, existe um outro obstáculo: toda a energia elétrica de Roraima é produzida por óleo diesel e é muito mais cara que a energia proveniente de hidrelétricas.

O secretário da Agricultura acredita que o Estado tem potencial para desenvolver atividades agropecuárias e reduzir a dependência do garimpo. "Ao redor de Boa Vista existem 4 milhões de hectares de cerrado, que podem ser utilizados para a produção de soja e criação de gado", disse Souza.